

PRESIDÊNCIA
GABINETE

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 57, DE 22 DE JANEIRO DE 2013.

APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao terceiro quadrimestre de 2012, publicado juntamente com este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 22 de janeiro de 2013.

DES. MARIO ALBERTO HIRS
Presidente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.295.915.956	217.536
Pessoal Ativo	1.295.915.956	217.536
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.295.915.956	217.536
Pessoal Inativo e Pensionistas	0	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18, § 1º da LRF)	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	125.589.644	124.870
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.232.354	
Decorrentes de Decisão Judicial	209.801	
Despesas de Exercícios Anteriores	122.147.489	124.870
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.170.326.312	92.666
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.170.418.978	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		21.624.180.849
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (VI) = (IV/V)*100		5,41
LIMITE MÁXIMO (INCISOS I, II e III, ART. 20 DA LRF) - <6%>		1.297.450.851
LIMITE PRUDENCIAL (§ ÚNICO, ART. 22 DA LRF) - <5,7%>		1.232.578.308

FONTE: SICOF/SEFAZ/SAF/DICOP 18/01/2013 15:40

NOTA 1: DURANTE O EXERCÍCIO, SOMENTE AS DESPESAS LIQUIDADAS SÃO CONSIDERADAS EXECUTADAS. NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO,

AS DESPESAS NÃO LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SÃO TAMBÉM CONSIDERADAS EXECUTADAS.

DESSA FORMA, PARA MAIOR TRANSPARÊNCIA, AS DESPESAS EXECUTADAS ESTÃO SEGREGADAS EM:

a) DESPESAS LIQUIDADAS, CONSIDERADAS AQUELAS EM QUE HOVE A ENTREGA DO MATERIAL OU SERVIÇO, NOS TERMOS DO ART.63 DA LEI 4320/64;

b) DESPESAS EMPENHADAS MAS NÃO LIQUIDADAS, INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, CONSIDERADAS LIQUIDADAS NO ENCERRAMENTO

DO EXERCÍCIO, POR FORÇA DO ART.35, INCISO II DA LEI 4320/64.

IGOR CAÍRES MACHADO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO JOSÉ COUTO DE FREITAS
CONTROLADOR-CHEFE

ABIMAEL SOARES DANTAS
DIRETOR DE FINANÇAS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Apresentação de valores em R\$1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA¹ (c) = (a - b)
00	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro			
01	Recursos Ordinários de Contrapartida de Convênios e Operações de Crédito			
02	Cota Parte do ICMS devida aos Municípios			
03	Cota Parte do IPVA devida aos Municípios			
04	Multas Vinculadas ao Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor			
05	Taxas Vinculadas ao Detran			
06	Cota-parte do Imposto sobre Exp. de Produtos Indust. devida aos Municípios			
07	Recursos Vinculados ao FUNDEB			
08	Cota-parte do salário-educação			
09	Indenização pela extração do petróleo, xisto e gás natural			
10	Taxas e multas vinculadas a AGERBA			
11	Contribuições do Fundo Nacional de Assistência Social			
13	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta			
14	Recursos vinculados a educação			
15	Recursos do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia – Lei nº 11.358/09			
16	Taxas Vinculadas ao Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais			
17	Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico			
18	Taxas e multas vinculadas a ADAB			
20*	Taxas vinculadas ao Poder Judiciário	249.633.802	140.875.493	108.758.309
21	Operações de crédito internas			
22	Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação			
25	Operações de crédito externas			
26	Recursos de Alienação de Bens - Administração Direta	1.683.562	-	1.683.562
27	Recursos Vinculados ao Fundo do Meio Ambiente da Bahia - Ferfa			
28	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza			
29	Recursos do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia – Lei nº 11.053/08			
30	Recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde			
31	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta			
32	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Estaduais - Adm. Direta			
33	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Municipais - Adm. Direta			
34	Outras Contribuições e/ou Auxílios - Adm. Direta			
35	Restituição de Recursos Oriundos de Operação de Crédito			
37	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Fundos Internacionais			
39	Recursos de Utilização Exclusiva na Reserva de Contingência			
40	Receita diretamente arrecadada por entidade da Administração Indireta			
42	Contribuições para o plano de saúde do servidor			
45	Recursos pelo Fornecimento de Água Bruta de Reservatórios			
46	Receita vinculada ao desenvolvimento do desporto - Lei 9.615/98			
47	Fundo Nacional de Saúde - Convênio			
48	Fundo Nacional de Saúde - SUS - Receita de Prestação de Serviços de Saúde			
49	Transferência do Fundo Nacional de Saúde - FESBA			
50	Recursos do Fundo Cultural do Estado da Bahia - FCBA			
56	Recursos de Alienação de Bens - Administração Indireta			
60	Contribuições do Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia - FIES			
61	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta			
62	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Estaduais - Adm. Indireta			
63	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Municipais - Adm. Indireta			
64	Contribuições e/ou Auxílios de Entidades Privadas Nacionais - Adm. Indireta			
66	Transferências de Órgãos e Fundos Internacionais			
TOTAL		251.317.364	140.875.493	110.441.871
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹		-	-	-

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF 18/01/2013 15:40

Nota1: Foi acrescido às obrigações financeiras o valor de R\$134.186.237,02, repassado pela SEFAZ e contabilizado no passivo permanente destinado ao pagamento de precatórios de outros órgãos da Administração Direta em atendimento à Emenda Constitucional nº62.

Nota2: O valor apresentado na fonte 20 inclui também as disponibilidades existentes nas fontes 13 e 00, uma vez que as contas bancárias do TJ movimentam recursos de fontes múltiplas, não sendo possível segregar.

IGOR CAIRES MACHADO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO JOSÉ COUTO DE FREITAS
CONTROLADOR-CHEFE

ABIMAELO SOARES DANTAS
DIRETOR DE FINANÇAS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III, alínea b) 13/10/2011

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
20 Receita taxas vinculadas ao Poder Judiciário		84.078	-	9.990.199		-
13 Receita diretamente arrecadada				7.693.227		
00 Recursos ordinários não vinculados		2.608.677		151.845		
TOTAL	-	2.692.755		17.835.271	110.441.871	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DICOP 18/01/2013 15:40

IGOR CAÍRES MACHADO
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO JOSÉ COUTO DE FREITAS
 CONTROLADOR-CHEFE

ABIMAELO SOARES DANTAS
 DIRETOR DE FINANÇAS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.170.418.978	5,41%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) <=>	1.297.450.851	6,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) <=>	1.232.578.308	5,70%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	17.835.271	110.441.871

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DICOP 18/01/2013 15:40

IGOR CAÍRES MACHADO
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO JOSÉ COUTO DE FREITAS
 CONTROLADOR-CHEFE

ABIMAELO SOARES DANTAS
 DIRETOR DE FINANÇAS